

**REFLEXÕES E PRÁTICAS SOBRE A RESTITUIÇÃO DE DADOS DE PESQUISA E DE
EXTENSÃO NA ANTROPOLOGIA**

***Reflections and practices about research and extension data return in
anthropology***

***Reflexiones y prácticas sobre la devolución de datos de investigación y de
extensión en Antropología***

Jaqueline Ferreira

Doutora em Antropologia (EHESS), Professora Associada da Área de Ciências Sociais e Humanas do
Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: jaquetf@gmail.com

Soraya Fleischer

Doutora em Antropologia Social (UFRGS), Professora do Departamento de Antropologia da
Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: soraya@unb.br

Fernanda Bittencourt Ribeiro

Doutora em Antropologia Social (EHESS), professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
e Ciência e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul (PUCRS)

E-mail: feribeiro@pucrs.br

Áltera, João Pessoa, Número 18, 2024, e01800, p. 1-8.

ISSN 2447-9837



APRESENTAÇÃO

Há uma etapa no trabalho antropológico que, embora traduza aspectos éticos, teóricos, metodológicos, políticos e epistemológicos da disciplina, é pouco relatada pela comunidade acadêmica: “devolver”, “restituir”, “compartilhar”, “entregar”, “divulgar”, “retornar” os resultados das pesquisas. Na etapa de preparação do projeto de pesquisa, durante a sua realização ou após seu término, pouco se registra e se reflete sobre as estratégias, os desafios e os desdobramentos dos rituais de apresentação de seus resultados. Assim, é pertinente nos questionarmos: que termos têm sido adotados e quais as implicações de seus usos para a prática de compartilhar resultados? Para quem, em que situação, em que momento e em qual formato isso acontece? De volta ao campo, como é a recepção das interpretações feitas pela Antropologia? Teme-se as reações e, sobretudo, alheamentos, mal-entendidos, constrangimentos, distorções, adaptações ou usos políticos inesperados por parte das interlocutoras e outras pessoas implicadas na pesquisa? O silêncio sobre essa etapa de nosso exercício profissional implica estarmos diante de um tabu na Antropologia ou sinaliza outras nuances da área?

Alguns trabalhos têm se debruçado sobre o assunto. Em um texto seminal que trata da relação entre a pesquisadora e suas leitoras, Françoise Zonabend (1994) estabelece que a diferença entre a recepção dos dados, a partir das pesquisas feitas pelas historiadoras, é diferente da restituição dos dados feita pelas antropólogas. Isso porque as leitoras possíveis do trabalho etnográfico, diferente das leitoras de história, são muitas vezes participantes contemporâneos da pesquisa estabelecendo um processo de negociação e de acordo comum durante a sua realização. Dessa forma, nessa interação, tais participantes são interlocutores na medida em que, a partir de seus discursos, o texto etnográfico é construído e será restituído dentro de uma relação de confiança e mesmo de obrigação para com a pesquisadora. E, além do mais, essa restituição não se dá somente ao término da pesquisa, mas acontece desde a inserção da pesquisadora, durante as interações múltiplas estabelecidas, bem como após o trabalho de campo.

É um consenso que a restituição dos dados é um compromisso ético das pesquisadoras (Motta, 2014; Rial, 2014; Rocha; Eckert, 2014), como também parâmetro da boa qualidade da etnografia. Knauth e Meinerz (2015) inferem que a restituição dos dados, além de significar este imperativo ético das pesquisas antropológicas, deve constar nos cursos de metodologia de pesquisa. As autoras reforçam que compartilhar experiências de pesquisa bem e malsucedidas, sobretudo com grupos vulneráveis, contribui para o aprofundamento do saber na disciplina. Esses aspectos dizem respeito aos imperativos deontológicos da disciplina independente dos Comitês de



Ética em Pesquisa (CEP). Sobre isso, Rossi et al. (2008) acrescentam que a simples inclusão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) não oferece garantias de que as interlocutoras sejam verdadeiramente “esclarecidas” sobre nossas pesquisas antes, durante ou depois de sua realização. Isso ocorrerá somente com a integração de reflexões éticas aos quadros de referência epistemológicos, inclusive discutindo amplamente os ritos de restituição dos dados. Além do mais, a maioria das participantes da pesquisa assina documentos oficiais sem conhecer ou entender o seu conteúdo e as suas implicações. As pesquisadoras, por sua vez, ao apresentar o TCLE, temem muitas vezes comprometer a boa vontade em colaborar das pesquisadas, que podem desconfiar dessa formalidade excessiva. Elas defendem que a pesquisa se dá a partir de uma relação de confiança em que até mesmo as pesquisadas se sentem valorizadas pela possibilidade de expressar suas ideias, opiniões e conhecimentos.

Sobre o momento de restituição dos dados da pesquisa, Ferreira (2015) defende que o mesmo deve implicar as interlocutoras desde sua inserção no campo em um papel ativo, na medida em que elas podem aportar novas interpretações e inquietações. Assim, em um processo contínuo de produção de conhecimento, a antropóloga deve integrar esses aportes em suas análises em uma perspectiva reflexiva e propositiva. Um exemplo do que foi exposto acima é a experiência que Fleischer (2015) nos relata sobre o retorno das transcrições de entrevistas realizadas com profissionais de saúde em um centro de saúde na periferia do Distrito Federal durante a pesquisa. As reações foram diferentes das esperadas pela pesquisadora, envolvendo a rejeição de certas falas e a contestação ou correção de outras. É uma ilustração do temor que toda antropóloga tem quando sua palavra expressa em um texto etnográfico é vista por suas interlocutoras. Por essa razão, um manual prestigioso de metodologia de pesquisa qualitativa (Beaud e Weber, 2003) recomenda que a restituição dos dados na forma escrita seja feita não com o trabalho completo, mas por meio de um resumo com as principais conclusões. Isso, porém, levanta outra questão: pode a investigação etnográfica prescindir do não dito, do mal-entendido e dos conflitos durante a pesquisa? Essas questões aportadas no momento de restituição não fazem parte integrante dos dados? Os argumentos destas duas autoras vão nesse sentido. Fleischer, inclusive, ressalta que a reação inesperada das interlocutoras permitiu que a pesquisadora aprofundasse o conhecimento do trabalho, das relações sociais e laborais do cotidiano do SUS.

Bourdieu (1993) já teve a pretensão de propor que, ao longo de entrevistas semidirigidas, a investigadora devolvesse imediatamente à entrevistada, muito além dos dados, a própria reflexão sociológica. Ou seja, através das questões colocadas, a entrevistada poderia, gradativamente, compreender o seu lugar social e seria capaz de explicar a sua “posição de miséria”, uma posição inferior e invisível num determi-



nado universo social. A entrevistadora, por sua vez, inverteria a explicação sociológica no encontro com a entrevistada. Nesta perspectiva, a entrevista seria reflexiva para ambas as partes. No entanto, Bourdieu foi obrigado a renunciar à essa empreitada, pois a leitura das transcrições das entrevistas levadas à público, expressas sem entusiasmo por ambas as partes, não teria alcançado a autorreflexão desejada (Bourdieu; Chartier, 2010). Disso podemos deduzir que a socióloga ou a antropóloga não tem poder sobre as interpretações, reflexões e compreensões de suas interlocutoras e muito menos sobre os usos que serão feitos de suas pesquisas.

Sobre isso, Pécoud refere:

O que deve ser enfatizado é que os conceitos têm vida própria: uma vez criados, eles passam entre diferentes contextos sociais e podem ser reativados por qualquer pessoa que neles encontre uso. Por outro lado, o processo oposto também é verdadeiro: os antropólogos utilizam conceitos das sociedades que estudam. (Pécoud, 2004, p. 12, tradução nossa).

O autor complementa que o saber sociológico e/ou antropológico é de difícil comunicação – e isso se dá tanto entre os saberes interdisciplinares, que não raro entram em competição, como também entre os próprios atores sociais pesquisados. Ou seja, a incorporação de saberes no trabalho antropológico e sua comunicação, seja ou não acadêmica, reflete uma dimensão política da qual a antropóloga não pode se furtar.

Mas se é consenso que a restituição da pesquisa é tão valorizada pelas pesquisadoras, por que muitas não a planejam e realizam a contento? Essa é a pergunta que Fleischer (2022) coloca e que lhe foi trazida pelas mães de crianças infectadas pelo Zika vírus em Recife. A autora nos apresenta uma revisão bibliográfica contundente sobre o tema e nos leva a refletir sobre a importância de valorizar o que as interlocutoras têm a dizer sobre suas expectativas e sentimentos de abandono pela “ciência”. Esses aspectos são representações que as antropólogas devem levar em consideração, confrontando-as com o que elas mesmas pensam acerca da restituição. Nesse sentido, é fundamental, por exemplo, debruçar-se e reconhecer o “estatuto epistemológico” que a restituição tem na pesquisa (Guérios, 2015).

A discussão apresentada neste dossiê surgiu de debates semelhantes realizados em diferentes contextos e encontros. Um deles foi na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia que aconteceu na UFRN, em 2014. Naquela ocasião, organizamos a mesa-redonda “E depois da pesquisa? Reflexões sobre os desafios da devolução de resultados de pesquisa na Antropologia da saúde”. Depois, algumas das participantes desta mesa-redonda integraram um dossiê publicado em 2015 na revista *Ciência & Saúde Coletiva* (Ferreira, 2015; Fleischer, 2015; Knauth e Meinerz, 2015). Mais adiante, a fim de retomar e aprofundar essa discussão, na 33ª Reunião Brasileira de Antropo-



logia, sediada pela UFPR, mas realizada ainda remotamente em 2022, organizamos o grupo de trabalho “Reflexões e práticas sobre a restituição de dados da pesquisa antropológica”. Recebemos muitos trabalhos para este GT e, como aconteceu antes, os *papers* apresentados nos motivaram à organização deste dossiê. Sete artigos, inicialmente discutidos no GT, foram aqui reunidos. Além disso, a autora do primeiro texto foi posteriormente convidada a integrar o conjunto, já que é uma colega que tem investido em refletir sobre o debate da devolução na Antropologia. Assim, este dossiê reúne relatos e reflexões a partir de diferentes experiências de devolução de resultados de pesquisa, docência e extensão em nossa área – e, mais importante, aborda a recepção destes dados pelas interlocutoras de pesquisa e o público mais amplo. O elenco de autoras é diverso, seja em termos de temas, filiação institucional ou momento da carreira profissional. Suas experiências com práticas de devolução também são múltiplas – *podcast*, fotografias, vídeos, museu virtual, livro de memórias, genealogias, repositórios digitais, relatórios – e contribuem para registrar e analisar desafios, estratégias e reflexões sobre restituição que atualmente têm sido desenvolvidas. Pouco discutido em cursos, livros e periódicos da área, acreditamos que o mote do dossiê oferecerá um material inovador e útil para fazer avançar tais discussões a partir da Antropologia.

O artigo de Claudia Fonseca abre o dossiê e interroga os “rastros da pesquisa”, ou seja, aquilo que sobra depois que todas as etapas previstas foram concluídas. A partir dessa pergunta, a autora situa nossas práticas de interlocução, produção de conhecimentos e restituição de dados em processos amplos, coletivos e de longa duração. Na continuidade dos textos que compõem o dossiê, a ilusão do “Ufa! Consegui saldar minha dívida ética” apontada por Claudia Fonseca – e com ela a ideia de que as etapas da pesquisa escapam a uma ordem cronológica – é fartamente ilustrada. Observamos nos artigos que a restituição pode ocorrer em múltiplas temporalidades, cabendo a pergunta sobre as suas diferentes formas e inclusive se o que foi feito pode ser pensado como devolução. É o caso dos artigos de Henyo Barretto e de Juliana Caruso. O primeiro interroga retrospectivamente suas práticas como modo de restituição, enquanto o segundo indaga se as genealogias produzidas e entregues ao longo de uma pesquisa podem ser pensadas como formas de devolução de dados. Se no trabalho de Barretto a reflexão coloca em relevo as implicações de suas pesquisas para o reconhecimento dos direitos territoriais das populações estudadas e, portanto, seus efeitos em termos de coletividade, na pesquisa de Caruso, a entrega das genealogias ao longo da pesquisa produz o efeito de restituir a singularidade de cada interlocutora promovendo diálogos diferenciados e dinâmicos. A devolução como algo que aconteceria no final da pesquisa também é colocada em questão no artigo de Ana Clara Sousa Damásio, que observa os efeitos da circulação de diferen-



tes produtos de sua pesquisa realizada com pessoas de sua família e a ressignificação de fotografias e vídeos como fontes de prestígio familiar, de lembranças e como material para publicações pessoais em redes sociais. Neste caso, o tempo da pesquisa incide sobre as relações familiares e a produção de memórias. No artigo de Vanessa Pastorini a dimensão da memória também está presente, mas é abordada como legado de um indígena brasileiro que se tornou aristocrata e cuja singularidade impactou a vida de seus descendentes.

Outra ideia desenvolvida no artigo de Cláudia Fonseca e que encontra ressonância em trabalhos aqui reunidos é a observação de que, finalizada a pesquisa, novos acontecimentos, mudanças políticas e institucionais podem alterar seus efeitos e ressignificar esforços de restituição. Tais desdobramentos imprevisíveis estão bastante presentes nos artigos que falam de experiências de digitalização de acervos de pesquisa. Edmundo Antonio Peggion apresenta reflexões sobre os efeitos desta iniciativa em termos de produção de memória, nos processos de regularização fundiária na região estudada, na relação do pesquisador com a comunidade e nas questões que a digitalização do acervo coloca para a escrita antropológica. O artigo de José Luís Abalos Júnior, Ana Luiza Carvalho de Rocha e Cornélia Eckert aborda os temas da ciência aberta e das políticas de memória e de patrimônio cultural considerando os desafios enfrentados pela Antropologia quanto à construção de repositórios digitais de pesquisa etnográfica e sua divulgação para diferentes públicos, via redes digitais e eletrônicas. Também neste caso vemos a pesquisa e seus produtos situados em redes de relações de diferentes tipos. Situado numa relação de longa data entre a pesquisadora e seus interlocutores, o artigo de Antonella Tassinari nos confronta com as peripécias de um projeto idealizado como uma proposta de devolução de dados através de hipermídia. Respondendo a uma demanda de universitários indígenas do Oiapoque para acessar o acervo das pesquisas realizadas pela antropóloga, a colocação em prática do projeto, no entanto, enfrentou dificuldades relativas a sua aprovação por parte das comunidades indígenas. Entre as várias reflexões apresentadas no artigo está a relação das pesquisas antropológicas com os processos locais de transmissão de saberes e de produção da memória. Como um experimento inovador relacionado a estes temas, o artigo de Irene do Planalto Chemin e Chico Souza, escrito em formato de roteiro de *podcast*, apresenta os retornos recebidos a partir do trabalho de transformação de uma monografia de conclusão de curso em *podcast* dirigido ao povo Kalunga. Trata-se de restituição às interlocutoras da pesquisa, mas também de uma reflexão sobre o potencial do *podcast* como ferramenta para manter aquecido o diálogo entre interlocutoras e pesquisadoras. Ou seja, mais uma vez temos a possibilidade de observar que a restituição não encerra necessariamente a pesquisa e pode ser um modo de manter o diálogo aberto, de renová-lo e de produzir novas questões.



Aproveitamos para agradecer a todas as colegas que participaram apresentando, discutindo e debatendo no GT, ainda em 2022; às editoras da *Áltera*, que acolheram simpaticamente a nossa proposta; e às nossas interlocutoras que, incansavelmente, nos provocam a imaginar formas mais eficientes e respeitosas de convivência e diálogo. Por fim, convidamos o público a ler e debater as pesquisas aqui reunidas.



REFERÊNCIAS

- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guide de l'enquête de terrain**. Paris: La Découverte, 2003.
- BOURDIEU, Pierre (org.). **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **Le sociologue et l'historien**. Marseille: Agone, 2010.
- FERREIRA, Jaqueline. Restituição dos dados na pesquisa etnográfica em saúde: questões para o debate a partir de experiências de pesquisas no Brasil e França. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 9, p. 2641-2648, 2015.
- FLEISCHER, Soraya. Autoria, subjetividade e poder: devolução de dados em um centro de saúde na Guariroba (Ceilândia/DF). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 9, p. 2649-2658, 2015.
- FLEISCHER, Soraya. "Ciência é Luta": devolução das pesquisas sobre o Vírus Zika em Recife – PE. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 24, n. 3, e84126, p. 5-27, 2022.
- GUÉRIOS, Paulo Renato. Pesquisa participativa e julgamento dos interlocutores: uma reflexão a partir de pesquisas em antropologia visual. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 117-141, 2015.
- KNAUTH, Daniela Riva; MEINERZ, Nadia Elisa. Reflexões acerca da devolução dos dados na pesquisa antropológica sobre saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 9, p. 2659-2666, 2015.
- MOTTA, Flávia de Mattos. Maternidade, contracepção e aborto: ética e política na pesquisa feminista. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal-RN. **Anais [...]**. Natal-RN, 2014. Disponível em: https://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402008733_ARQUIVO_artigo29rbamotta2014.pdf. Acesso em: 4 dez. 2024.
- PÉCOUD, Antoine. L'anthropologue confronté à ses interlocuteurs, concept de culture et contexte politique dans l'ethnographie de l'entreprenariat turc à Berlin. **Ethnographiques.org**, n. 5, p. 1-21, 2004.
- RIAL, Carmen Silvia de Moraes. Roubar a alma: ou as dificuldades da restituição. **Tessituras**, v. 2, n. 2, p. 201-212, 2014.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia com imagens: práticas de restituição. **Tessituras**, v. 2, n. 2, p. 11-43, 2014.
- ROSSI, Ilario Rossi et al. L'éthique à l'épreuve d'une anthropologie en milieu palliatif: de l'insertion à la restitution. **Ethnographiques.org**, n. 17, p. 1-32, 2008.
- ZONABEND, Françoise. De l'objet et de sa restitution en anthropologie. **Gradhiva**, n. 16, p. 3-14, 1994.

